

## A FUNÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Miriam Fontenelle\*

**RESUMO.** O tema *A Função Ambiental da Propriedade* será desenvolvido para averiguar o conteúdo da função ambiental do direito de propriedade.

A Constituição de 1988 trouxe o princípio da função social da propriedade e modificou a tutela jurídica da propriedade, que deverá ser utilizada de acordo com o bem-estar coletivo.

A Lei Federal n.º 9985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, concretizou o princípio da função ambiental da propriedade, determinando que os recursos naturais sejam explorados de forma socialmente justa e economicamente viável.

**SUMÁRIO.** 1. Introdução. 2. A tutela jurídica dos bens ambientais. 3. A tutela constitucional do meio ambiente. 4. A função ambiental. 5. Tutela jurídica das unidades de conservação. 6. Aspectos jurídicos relevantes da Lei n.º. 9985/2000. 6.1. Instituição. 6.2. Medidas compensatórias. 6.3. Plano de manejo. 6.4. Gestão das unidades de conservação. 6.5. Regularização fundiária. 7. Conclusão.

### 1. Introdução

No Brasil, o direito de propriedade foi constitucionalizado porque a tutela prevista no Código Civil

\* Mestre em Direito da Cidade. Doutoranda em Direito Civil. Professora titular de Direito Ambiental da Universidade Cândido Mendes.

isoladamente interpretada não é mais suficiente. O marco foi a Constituição de 1988, que introduziu a tutela da propriedade condicionada à função social como direito fundamental e como um dos princípios da ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano, tendo como fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

A propriedade deixou de ser obsoleta, exclusiva e perpétua para funcionalizar-se, dirigir-se aos fins para os quais foi institucionalizada. Após o fenômeno da constitucionalização do direito de propriedade, esta não mais possui um significado, mas vários, conforme a categoria de objeto tutelado.

A publicação do direito de propriedade significa a prevalência do interesse coletivo sobre o individual, com a participação dos indivíduos nos processos decisórios e a disseminação de informação entre todos, visando à implementação do processo de democratização, rompendo-se a dicotomia entre público e o privado.

É neste contexto que se pode analisar a função ambiental da propriedade, porque os bens ambientais que constituem o objeto da função ambiental, espécie da função social, são conceituados doutrinariamente como bens de interesse público e legalmente como bens de uso comum do povo, significando que não importa sua posição de públicos ou particulares, devem ser utilizados de forma a que todos os indivíduos possam deles usufruir.

A função ambiental consiste na proteção dos bens ambientais, e tal assertiva diz respeito à preservação da qualidade de vida da presente e futuras gerações. De acordo com esta perspectiva, existe uma função ambiental para a propriedade, seja ela particular ou pública, que é a utilização dos recursos naturais de forma a não comprometer a qualidade de vida da população, o que ocorreria se houvesse uma exploração permanente e incontrolada desses recursos.

Existem alguns instrumentos de gestão ambiental para a manutenção do equilíbrio ecológico, destacando-se dentre eles as unidades de conservação, conceituadas como espaços protegidos para a preservação da integridade e diversidade do patrimônio ambiental, com a finalidade de tutelar a qualidade de vida do homem.

O tema a ser desenvolvido pretende demonstrar que o conteúdo da função ambiental da propriedade foi concretizado na legislação ambiental vigente e que sua natureza jurídica tem por finalidade dirigir a atividade sobre os bens ambientais em prol do interesse de toda a coletividade.

A sustentabilidade dos recursos naturais, a serem utilizados de forma socialmente justa e economicamente viável, foi regulamentada pela Lei n.º 9985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

## **2. A tutela jurídica dos bens ambientais**

Existem bens cujas características e potencialidade são de tal forma vitais para o bem-estar da coletividade, como as nascentes d'água e as áreas florestais, que pertencem a uma esfera supra-individual, estando a sua tutela jurídica dirigida preferencialmente ao bem-estar geral e não ao interesse particular do titular da senhoria. São os chamados bens ambientais, integrados pelo patrimônio natural e cultural.

O objetivo da tutela jurídica não é propriamente o meio ambiente considerado em seus elementos constitutivos,<sup>1</sup> o que o direito protege é a qualidade do meio

---

<sup>1</sup> O inciso I, do artigo 3.º, da Lei n.º 6938/81, conceitua meio ambiente como: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. O inciso V, do mesmo artigo especifica que os recursos ambientais são: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora,

ambiente em função da qualidade de vida do homem. Existem dois objetos de tutela: um imediato, que é a qualidade do meio ambiente, outro mediato, que é a saúde, o bem-estar e a segurança da população, sintetizado na expressão qualidade de vida.

José Afonso da Silva afirma que a qualidade do meio ambiente converte-se num bem, que o direito reconhece e protege como patrimônio ambiental.<sup>2</sup> A dúvida surge em relação à natureza jurídica desses bens. Serão públicos ou privados?

O Código Civil biparte os bens em públicos e particulares, acrescentando que os primeiros pertencem aos entes federativos e os segundos aos particulares (artigo 65). Os bens públicos classificam-se em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais (artigo 66).

A doutrina tem tentado configurar outra categoria de bens que não a classificação legal, ou seja, os bens de interesse público, no qual se inserem os bens públicos e os particulares, subordinados a uma disciplina especial para a consecução de um fim de interesse público.<sup>3</sup>

Dessa natureza são os bens que integram o meio ambiente cultural (artigo 216, V da Constituição Federal e artigo 3º, III da Lei n.º 6938, de 31.8.81).

Quando o artigo 225 dispõe que todos têm direito a meio ambiente ecologicamente equilibrado quer dizer que não é qualquer meio ambiente, mas o meio ambiente qualificado por qualidade adequada ou equilíbrio ecológico. Essa qualidade é que se converteu num bem jurídico, que a Constituição denominou de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

---

com relação dada pela Lei nº 7804/89, verifica-se que, dentre os bens ambientais, a lei só contemplou os recursos naturais, não incluindo o meio ambiente artificial e o cultura.

<sup>2</sup> SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*, 1995. p. 55.

<sup>3</sup> *Ibid.* Id., p. 56.

Na doutrina, o meio ambiente é assim conceituado por José Afonso da Silva:<sup>4</sup>

... a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A interação busca assumir uma concepção unitária do meio compreensiva dos recursos naturais e culturais.

É por essa razão que a preservação do meio ambiente deve constituir uma preocupação para o Poder Público e, portanto para o direito, porque ele é a ambiência na qual se cria, desenvolve e atua a vida do homem. Isso significa que os atributos do meio ambiente não podem ser objeto de apropriação privada, nem pública. Significa que o proprietário público ou particular não pode dispor da qualidade do meio ambiente aleatoriamente, porque ela não integra a sua disponibilidade.

São bens de interesse público, dotados de um regime especial, enquanto essenciais à saída qualidade de vida e vinculadas a um fim de interesse público. São esses bens que constituem o objeto da função ambiental da propriedade.

Do ponto de vista jurídico, a tutela jurídica do meio ambiente evoluiu significativamente no Brasil, nas últimas décadas. De um enfoque eminentemente privatista do Código Civil, que versava basicamente sobre as relações de vizinhança, avançou no sentido de submeter a utilização dos bens ambientais a um fim de interesse público.

A complexidade da sociedade industrial, a divisão do trabalho, o abandono do campo e a vinda descontrolada de pessoas para as cidades ocasionaram o inchamento

---

<sup>4</sup> SILVA, José Afonso da. Op. cit., nota 2, p. 54.

das áreas urbanas, como consequência, pessoas sem moradia construíram em locais sem segurança e saneamento básico, e muitos hoje em dia não dispõem de teto, nem de emprego — a chamada população de rua. Na área rural, a situação não é melhor, pois não há condições elementares de saúde, escolas e emprego, nem terra para cultivar em algumas áreas de clima inclemente e solo devastado. A população, tanto urbana, como rural, não tem qualidade de vida e devido às condições inóspitas em que vive degrada a natureza, ora desmatando e poluindo os cursos d'água para a construção de barracos nos morros que circundam a cidade, ora destruindo áreas florestadas para a prática da agricultura e pecuária.

A parcela da população urbana mais favorecida também contribui para a poluição ambiental, com o número excessivo de veículos na rua, ocasionando poluição atmosférica e sonora. Fábricas exalam produtos poluentes no ar e efluentes tóxicos e perigosos nos solos e cursos d'água, sem falar na falta de saneamento básico, que degrada as nossas praias, lagoas e rios. Entretanto como parte dessas pessoas paulatinamente foi perdendo a qualidade de vida, tanto os governantes como a sociedade, diante dessa situação quase caótica, passaram a ter uma preocupação maior com a proteção do meio ambiente, ocorrendo uma mudança no enfoque do ordenamento jurídico, com a edição de normas que perderam o caráter individualista das décadas de 1930 e 1960, adquirindo uma dimensão publicística a partir dos anos 80. Essas normas prevêm instrumentos de gestão ambiental que interferem no direito de propriedade, como instituição de espaços ambientalmente protegidos, em que predomina o interesse da coletividade sobre o individual. Segundo essa visão da legislação ambiental, a proteção do meio ambiente foi incorporada ao princípio da função social da propriedade privada. Até porque tanto a tutela ambiental, como a dominial está inserida, respectivamente, nos 170, VI e 170. III da norma constitucional.

O modelo adotado para o estado brasileiro foi o capitalista, de exploração dos recursos naturais – água, ar, sol, o, fauna e flora —, sem o devido cuidado de evitar seu esgotamento. Tanto é verdade essa afirmação que o nome Brasil vem de uma espécie nativa, *pau Brasil*, extinta desde o período colonial pela exploração predatória feita pelos portugueses e piratas franceses, assim como extintas foram outras madeiras de lei, como o jacarandá e o vinhático, dizimadas ao longo do tempo.

Não é somente a existência de uma legislação ambiental avançada, como a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que cerceará a atividade inconsequente de alguns indivíduos no processo de degradação do meio ambiente como vem ocorrendo no Brasil. É preciso um esforço sério visando à conscientização de que os recursos ambientais são esgotáveis e à implantação de um modelo de desenvolvimento que conjugue o processo da sociedade e da economia com a proteção do meio ambiente, propiciando o desenvolvimento sustentado, no qual os recursos são utilizados e usufruídos por todos de forma a não serem extintos, gerando dignidade de vida à população e tendo como base o princípio da solidariedade social.

Michel Prieur<sup>5</sup> explica que o meio ambiente é um termo que primeiramente exprime paixão, esperança, incompreensões. Mas conforme o contexto em que é usado, pode ser entendido como um modismo; um luxo dos países ricos; um mito; um tema de contestação das idéias *hippies* das décadas de 1960 e 1970; um novo terror do ano 2001, ligado às catástrofes ecológicas que destroem pássaros e flores; um grito de alarme dos economistas e filósofos sobre os limites de crescimento, com base na utilização de fontes naturais. O meio ambiente tornou-se uma preocupação maior não somente

---

<sup>5</sup> PRIEUR, Michel. *Detrit de L'environnement*, 1984. p. 11.

dos países ricos, mas também dos pobres, porque foi vislumbrado, depois de muita reflexão, pelos ambientalistas, educadores e profissionais, que a espécie humana faz parte do sistema complexo de relações e inter-relações com o meio natural.

O que se tutela em relação ao meio ambiente é a qualidade do espaço territorial em que vivemos, trabalhamos, circulamos e nos divertimos, daí a proteção do meio ambiente ser equiparada à própria vida, constituindo um direito fundamental, de acordo com os artigos 5.º e 225, do texto constitucional brasileiro. A qualidade do meio ambiente tornou-se um bem ou patrimônio, cuja preservação é um imperativo do Poder Público, no sentido de se assegurar uma boa qualidade de vida que implique dignas condições de trabalho, habitação, transporte, higiene, educação saúde e segurança. Ou seja, faz-se imprescindível a implementação de políticas públicas que visem ao desenvolvimento auto-sustentável, aquele em que ocorre a exploração dos recursos ambientais pelos homens, sem que esses sejam esgotados, para que todos aqueles que integram a sociedade possam ter condições de usufruir esses recursos.

O direito ambiental, conceituado com um conjunto de princípios e regras que visam proteger os recursos naturais, artificiais e culturais e a combater a poluição, é um ramo do direito que tem relação com outras disciplinas jurídicas e não jurídicas, como a economia, engenharia e biologia, dentre outras. Pode ser visto numa perspectiva puramente positivista que estuda as regras existentes em matéria ambiental, mas um jurista que esteja inserido na sociedade da qual faz parte, não perde sua capacidade de análise objetiva e de rigor científico, ao interpretar as normas ambientais direcionadas ao bem comum. Assim, o direito ambiental deve ser definido segundo um critério finalista, de contribuição – pelo seu conteúdo – para a saúde



pública e o equilíbrio ecológico, como pensa Prieur.<sup>6</sup> É um direito social, porque ligado às questões sociais e aos problemas ecológicos, e por essa finalidade vai integrar-se aos interesses econômicos que se vincularão às regras relativas ao direito de propriedade, liberdade de comércio e de indústria. De acordo com esse critério finalista, alguns juristas conceituaram de modo semelhante o direito ambiental.<sup>7</sup>

Foi possível a formulação do conceito finalista do direito ambiental porque a jurisprudência reconheceu certos direitos fundamentais atrelados aos elementos particulares do meio ambiente, como o direito à salubridade das águas, direito pessoal à tranqüilidade, direito à natureza.<sup>8</sup> Ao sugerir o direito subjetivo ao meio ambiente, foi reconhecido que os indivíduos têm direito à qualidade de bens ambientais, como ar e a água, e a evitar os conflitos de abuso de direito que resultariam em degradação do meio ambiente. Borysewicz<sup>9</sup> sugere a introdução de um artigo no Código Civil que seria assim formulado: “cada um é titular de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que comporta as faculdades de gozar e de dispor dos bens que o compõe e de exigir respeito.”

O reconhecimento de um direito objetivo ao meio ambiente, como liberdade fundamental, surgiu nos Estados Unidos em uma lei de 1969, em que se declarava que “o Congresso reconhece a cada indivíduo o direito de gozar de um meio ambiente sadio,” havendo inclusive uma

<sup>6</sup> PRIEUR, Michel. Op. cit., nota 5, p. 13.

<sup>7</sup> Conceitos de direito ambiental - M. Despax: “...tem por objetivo suprimir ou limitar o impacto das atividades humanas sobre os elementos ou meio natural.” R. Savy: “... o direito ambiental regulamenta as instalações e as atividades para prevenir as tentativas que possam degradar a qualidade do meio ambiente.” R. Hertzog: “... este direito tem por função realizar uma política de preservação e de gestão coletiva dos recursos naturais.”

<sup>8</sup> A afirmação pode ser comprovada na jurisprudência coletada *apud* ANTUNES, Paulo de Bessa. Jurisprudência ambiental brasileira. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 1995, p. 79-85.

<sup>9</sup> ORYSEWICZ, M. In: PRIEUR, Michel. Op. cit., nota 5, p. 192.

recomendação, já nessa época, de que deveria haver uma declaração geral de direitos relativos à proteção ambiental.

Tal fato ocorreu posteriormente, com a Declaração do Meio Ambiente, adotada pela Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, em 1972, cujos 26 princípios constituem prolongamento da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Vinte anos depois, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, entre 3 e 14 de junho de 1992, foram ratificados e acrescentados outros enunciados, como o do desenvolvimento sustentável, que parte do reconhecimento da natureza interdependente e integral da terra, nosso lar, e o do princípio de que os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável e têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza – princípio 1º. Esse princípio está relacionado com outros dois direitos fundamentais do homem: o direito ao desenvolvimento e o direito à vida saudável.

Conclui-se que as pessoas têm necessidade de viver em um ambiente sadio e protetor do equilíbrio da natureza. Esse objetivo é claro e dotado de uma dimensão política, como toda norma jurídica deve ter, e se existir por parte de alguns o repúdio ou o descrédito a essas regras, essa resistência poderá ser superada pelo sistema democrático, expressão da educação ambiental de toda a sociedade e do compromisso do Poder Público em implementar um processo de gestão compartilhada, em que indivíduos e autoridades seriam co-responsáveis por um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

### **3. A tutela constitucional do meio ambiente**

O meio ambiente está assim conceituado no artigo 225 da Constituição Federal:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Através dessa previsão legal verifica-se que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, num sentido vulgar, já que pelo conceito técnico previsto no artigo 66 do Código Civil seria um bem público. O que não é o caso, visto que não é bem público, nem particular, mas um bem de interesse público, como pensa José Afonso<sup>10</sup>, devendo ser usufruído por toda a coletividade, não importando o seu titular. É regido por um sistema jurídico específico, que é o direito ambiental, que tem entre os seus instrumentos a instituição de espaços especialmente protegidos (artigo 225, § 1.º, III da CF/88), constituindo um dever jurídico do proprietário da área utilizá-la conforme a sua destinação, caracterizando a funcionalização do domínio, no seu contexto ambiental.

Os bens ambientais estão relacionados com o sentido de funcionalização do direito de propriedade, visto que desde a origem de sua aquisição já nascem dirigidos a uma determinada finalidade, conforme a área em que se localizarem. Isto porque as restrições a sua utilização só podem ser entendidas e respeitadas, se nós, cidadãos e intérpretes do direito, internalizarmos esta noção básica e fundamental dos princípios e normas que regem esse novo ramo do direito, como os da legalidade, proibidade, publicidade, interesse público, solidariedade, prevenção, cooperação, poluidor-pagador e responsabilidade.

Tanto a pessoa física, quanto a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, para usarem os recursos ambientais, como as florestas, fauna silvestre,

<sup>10</sup> SILVA, José Afonso da . Op. cit., nota 2, p. 9.

e solo urbano e rural, necessitam do aconselhamento do órgão público competente, e sendo caso de atividade ou obra efetiva ou potencialmente poluidora deve ser antecedida de estudo prévio de impacto ambiental (artigo 225, § 1.º, IV da CF/88), sob pena de vir a ser responsabilizada administrativa, civil e penalmente pelas infrações por ventura cometidas.<sup>11</sup>

Exemplificando, se um proprietário particular possuir área protegida por normas ambientais – com fauna e flora típicas e originárias da Mata Atlântica, que é considerada *patrimônio nacional*, de acordo com art. 225, § 4.º, da CF/88 –, a utilização se dará na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. Isso significa que o proprietário particular deverá se submeter à legislação vigente, como a Lei de Proteção à Fauna e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dentre outras.

Tanto a Constituição Federal, como a legislação ambiental infraconstitucional, prevêem normas de proteção aos bens ambientais, normas de controle das atividades humanas sobre esses bens, assim como instrumentos de gestão ambiental, dentre eles o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, o estudo prévio de impacto ambiental, o licenciamento ambiental, a instituição de unidades de conservação e a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente.

#### 4. A função ambiental

Apesar da existência da legislação ambiental vigente, esta não tem tido eficácia. O estudo do Rio de Janeiro tem

---

<sup>11</sup> A responsabilidade por danos causados ao meio ambiente é do tipo objetiva, nos termos do artigo 225, § 3.º, da CF/88; e art. 14, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

sido alvo de um desmatamento desmedido; de cerca de 90% de vegetação densa e exuberante da Mata Atlântica que cobria o seu território, atualmente, só restam 21% de área florestada, tendo sido perdido exatamente 3.365.142 hectares de área florestada desde o descobrimento, segundo pesquisa realizada pela organização não governamental S.O.S Mata Atlântica, no ano de 1998.<sup>12</sup> Foi publicado no jornal "O Globo" do dia 13 de abril de 2001 uma situação ainda preocupante do que se imaginava. O terceiro monitoramento de requisitos da Mata Atlântica realizado pela Fundação S.O.S Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Especiais revelou que só restam, atualmente, 17% do território fluminense coberto pela mata nativa.<sup>13</sup> A diferença entre as duas publicações é significativa. Trata-se de 140 mil hectares, ou seja, 28 vezes a área da Floresta da Tijuca.

Um dos motivos para a situação catastrófica da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, além da falta de fiscalização dos órgãos competentes e de recursos necessários para a implantação de uma gestão adequada, é a falta de entendimento do princípio da função ambiental da propriedade.

Alguns proprietários de áreas florestadas ainda não se conscientizaram de que a propriedade só recebe tutela jurídica se cumprida a sua finalidade e utilizam-na em desacordo ao citado princípio, descumprindo a legislação protetora dos recursos ambientais.

A propriedade privada não mais possui o cunho quase absoluto do direito romano e do Código Napoleônico. O ordenamento jurídico brasileiro, herdeiro de tais idéias, modificou-se a partir da edição da Constituição de 1988 e, atualmente, só admite a

---

<sup>12</sup> Atlas da Mata Atlântica: mapeamento e críticas, anos 1995 e 1997, da Fundação S.O.S Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Aplicadas e Instituto Socio-ambiental.

<sup>13</sup> Atlas da Mata Atlântica: mapeamento e críticas, anos 1998 e 2000, da Fundação Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Especiais.

propriedade se for reconhecido o princípio da função social.

Assim, a propriedade só existe enquanto direito, se respeitada a função social, como pensam os doutrinadores contemporâneos, dentre eles Luis Henrique Paccagnella:<sup>14</sup>

Desatendida esta não existe direito de propriedade amparado pela Constituição. O cumprimento da função social é condição sine qua non para o reconhecimento do direito de propriedade.

Tal interpretação decorre do texto constitucional, que preceitua: "... é garantido o direito de propriedade; a propriedade atenderá à sua função social."<sup>15</sup>

A ordem econômica, conforme os ditames da justiça social, tem como finalidade assegurar a todos uma existência digna, tendo como fundamentos: "... a propriedade privada, a função social da propriedade e a defesa do meio ambiente."<sup>16</sup>

José Afonso da Silva<sup>17</sup> tem posição até mais avançada ao afirmar que a função social da propriedade não se confunde com os sistemas de limitação de propriedade:

Estes dizem respeito ao exercício do direito, ao proprietário; àquela, à estrutura do direito mesmo, à propriedade. Com esta concepção é

---

<sup>14</sup> PACCAGNELLA, Luiz Henrique. Função socioambiental da propriedade rural e áreas de preservação permanente e reserva florestal legal. In: *Revista de Direito Ambiental*, nº. 8, 1997. p. 5.

<sup>15</sup> Artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal de 88.

<sup>16</sup> Artigo 170 incisos II, III e VI da Constituição Federal de 88.

<sup>17</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 1995. p. 273.

que o intérprete tem que compreender as normas constitucionais, que fundamentam o regime jurídico da propriedade.

A função social se manifesta na própria configuração estrutural do direito de propriedade, pondo-se concretamente como elemento qualificante na predeterminação dos modos de aquisição, gozo e utilização dos bens.

É a função que determina o modo pelo qual o proprietário utilizará o bem, o que será determinado através da legislação ordinária: para cada tipo de propriedade, haverá um diploma legal especificando a sua utilização, daí falar em propriedades.

Os dispositivos legais significam que a função ambiental consiste numa atividade a ser realizada com a interferência do Poder Público, que tem como objetivo a garantia do patrimônio ecológico e a utilização racional dos recursos naturais, tendo como finalidade o bem estar da população.

Paulo Affonso Leme Machado<sup>18</sup> acentua que o princípio da função social da propriedade autoriza restrições à propriedade, desde que adequadas e proporcionais ao fim que as motivou, e limitadas pela intangibilidade do mínimo de esfera de liberdade.

Tal assertiva ocorreu porque o Estado pode e deve interferir na propriedade, desde que não seja esvaziado o seu conteúdo mínimo. Se tal ocorrer, como no caso da instituição de um parque, cujo domínio é público, ocorrerá o fenômeno da desapropriação, suscetível de indenização e não a aplicação do princípio da função ambiental.

Não só a Constituição Brasileira contempla esta noção de função ambiental da propriedade, como a da

---

<sup>18</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. Função ambiental da propriedade. In: *Estudos de Direito Ambiental*, 1995. p. 127.

Colômbia de 1991: "A propriedade é uma função que implica obrigações. Como tal, lhe é inerente uma função ecológica."

Também há outras Constituições que tratam da função ambiental da propriedade, como: a do Paraguai de 1992, do Japão de 1946, a Alemã de 1949, a da Espanha de 1978 e a Italiana de 1948 que explica no art. 42:

A propriedade é pública ou privada. Os bens econômicos pertencem ao Estado, a entidades privadas ou às pessoas. A propriedade privada é reconhecida e garantida pela lei, que determina as formas de aquisição, de posse e os limites que asseguram sua função social e de torná-la acessível a todos.

A doutrina e a legislação citada são unânimes ao afirmarem que o direito de propriedade privada só pode ter seu conteúdo e limites fixados por lei. Contudo, as Constituições mencionadas relacionam a propriedade privada com o bem estar social, nenhuma delas admitindo a propriedade voltada somente para o interesse exclusivo do proprietário. O equilíbrio referido pelo autor diz respeito ao grau de interferência do Estado na propriedade particular: se o conteúdo mínimo do direito de propriedade for esvaziado, será caso de indenização, mesmo se mantida a titularidade, conforme entendimento da jurisprudência e doutrina alemã.<sup>19</sup> É o chamado sacrifício imposto ao particular.

Apesar do aparente confronto entre a tutela ambiental e o direito de propriedade, tal não ocorre: ambos estão

---

<sup>19</sup> CORREIA, Fernando Alves. As garantias do particular na expropriação por utilidade pública. In: Separata do volume XXIII do Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1982, p. 77. *Apud* MOTA, Maurício Jorge. *Responsabilidade Civil do Estado Legislador*, 1999. p. 217.



previstos constitucionalmente, sendo que a proteção ambiental é ontologicamente anterior porque inexistente direito de propriedade pleno, sem salvaguarda ambiental e historicamente contemporânea, porque ambos os direitos são reconhecidos num mesmo momento.<sup>20</sup>

A tutela ambiental e o direito de propriedade estão interligados: o Direito Ambiental é uma simbiose do Direito das Coisas com o Direito Público. Já que qualquer tutela do meio ambiente implica sempre uma interferência no direito de propriedade. É uma interferência imposta ao Poder Público (trata-se de comportamento vinculado) e ao particular (é comportamento decorrente de função) – este é o fundamento da inafastabilidade das obrigações ambientais. Conclui-se que não existe conflito no plano formal da Constituição entre a proteção do meio ambiente com o direito de propriedade. Ao contrário, é arte da mesma relação sociedade-indivíduo que dá à propriedade todo o seu significado e amparo.

Entretanto, existe uma jurisprudência, ainda minoritária do Tribunal de Justiça de São Paulo, que admite a função social da propriedade:

Sem embargo do direito à propriedade, seu uso ficou constitucionalmente condicionado à sua função social. Há, portanto, disposição específica na Constituição estabelecendo condições limitantes ao seu uso. Na medida em que o proprietário queira fazer dela uso anti-social, encontrará vedação na ordem constitucional.

No plano jurídico a admissão do princípio da função social e ambiental da propriedade tem como consequência

<sup>20</sup> BENJAMIN, Antonio Herman. Reflexões sobre a hipertrofia do direito de propriedade na tutela da reserva legal e das áreas de preservação permanente. *Revista de Direito Ambiental*, nº 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996. p. 43.

fazer com que a propriedade seja efetivamente exercida para beneficiar a coletividade e o meio ambiente (aspecto positivo), não bastando apenas que não seja exercida em prejuízo de terceiros ou da qualidade ambiental (aspecto negativo), nas palavras de Eros Roberto Grau.<sup>21</sup> Em outras palavras, a função ambiental não constitui simples limite ao exercício do poder de propriedade, em que se permite ao proprietário fazer tudo aquilo que não prejudique a coletividade e o meio ambiente. Diversamente, a função vai mais longe e autoriza até que se imponha ao proprietário comportamentos positivos, no exercício do seu direito, para que a sua propriedade concretamente se adeque à preservação do meio ambiente.

Em suma, a propriedade não possui caráter absoluto e intangível. Pelo contrário, esse direito só existe como tal se atendida a função social.

A função ambiental, espécie do gênero função, é um fenômeno jurídico recente, devido, talvez, à prática da intensa exploração dos recursos naturais, ocasionando danos à saúde e ao meio ambiente. Para conter o processo intenso e permanente de degradação ambiental têm sido elaborados princípios e teorias jurídicas, assim como introduzidos instrumentos de gestão ambiental, que inovaram a legislação ambiental, como por exemplo, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente elencou os instrumentos ambientais, dentre eles, a criação de unidades de conservação.

## **5. Tutela jurídica das unidades de conservação**

A Lei n.º 9985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o artigo 225, § 1.º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal de 1988, e instituiu o Sistema

---

<sup>21</sup> GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*, 1990. p. 92.

Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão destas áreas.

A nova lei conceitua Unidade de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Estes espaços ambientalmente protegidos devem ser utilizados de forma sustentável, ou seja, a exploração da natureza deve ser feita de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, DE FORMA SOCIALMENTE JUSTA E ECONOMICAMENTE VIÁVEL, sejam as áreas públicas ou particulares.

O uso sustentável das unidades de conservação permeia vários artigos da Lei 9985/00: nos seus objetivos, diretrizes, administração e gestão compartilhada, enfatizando que todas as pessoas têm o direito de usufruir dos recursos ambientais.

As unidades de conservação que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC classificam-se em dois grupos:

- **Unidades de proteção integral**, cujo objetivo básico é preservar, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, sendo que seus bens devem preferencialmente integrar o patrimônio público;

- **Unidades de uso sustentável**, cuja finalidade é compatibilizar a conservação da natureza com o uso

sustentável de seus recursos naturais, podendo a dominialidade ser pública ou particular.

O grupo das **Unidades de Proteção Integral** é composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação:

- **Estação ecológica** tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas;

- **Reserva biológica** tem como finalidade a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais;

- **Parque nacional** tem como meta a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de recreação;

- **Monumento natural** visa a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica;

- **Refúgio da vida natural** tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Constituem o **Grupo das Unidades de Conservação Sustentável**:

- **Área de proteção ambiental** é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;

- **Área de relevante interesse ecológico** é uma área, em geral de pequena extensão, com pouco ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza;

- **Floresta nacional** é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas;

- **Reserva extrativista** é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência está na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade;

- **Reserva da fauna** é uma área natural com populações de animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos;

- **Reserva de desenvolvimento sustentável** é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica;

- **Reserva particular do patrimônio natural** é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

## **6. Aspectos jurídicos relevantes da Lei n.º 9985/2000**

### **6.1. Instituição**

A Lei 9985/2000 dispõe que as unidades de conservação serão instituídas por ato do Poder Público, não especificando que tipo de ato, se advindo do Poder Legislativo (lei) ou Poder Executivo (decreto).<sup>22</sup> Ocorre uma lacuna na legislação ordinária, enquanto a Constituição Federal de 1988 estabelece que o Poder Público deve definir espaços a serem protegidos, mas a alteração ou supressão far-se-á através de lei. Logo, a instituição também não foi definida pelo texto constitucional, mas a alteração e a extinção dos mesmos só podem ocorrer através de lei. Se fizermos uma interpretação dessas normas entenderemos que um ato só pode ser extinto através de outro, da mesma espécie, portanto, a criação de uma unidade de conservação deve ser feita através de lei, embora de iniciativa do Poder Executivo, porque dará atribuições a órgãos públicos, como por exemplo, aquela de gerir o espaço protegido.

A instituição de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública, com informações adequadas e inteligíveis, que possibilitem identificar a localização, a dimensão e os limites mais convenientes para sua instalação, com exceção para as estações ecológicas, já que são de domínio público, só podendo ser utilizadas para fins de pesquisa.

---

<sup>22</sup> A Lei n.º 9985/2000 revogou os artigos 5.º e 6.º do Código Florestal, e o artigo 5.º da Lei da Fauna que também não especificam o ato normativo instituidor dos parques, florestas e reservas biológicas. Os artigos 2.º e 8.º da Lei n.º 6902, de 27.04.81, que tratam da criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental falam em atos do Poder Executivo, o mesmo ocorrendo com o Regulamento dos Parques Nacionais e com o Decreto n.º 99274, de 06.06.90, que regulamentou as Leis ns.º 6902/81 e 6938/81.

## 6.2. Medidas compensatórias

Outro aspecto relevante da Lei 9985/00 é a obrigação do empreendedor de atividades de significativo impacto ambiental, submetidos ao processo de licenciamento, com fundamento no estudo de impacto ambiental, de apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral. É uma providência salutar porque os governos não têm verba orçamentária suficiente para administrar estes espaços protegidos e os empreendedores que exercem atividades lucrativas devem arcar com a responsabilidade de compensar os impactos negativos causados ao meio ambiente.

O apoio financeiro que o empreendedor deverá oferecer às unidades de conservação não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão licenciador, de acordo com o impacto causado pela obra ou atividade. Este pagamento deverá ser feito durante o período de implantação, isto é, na fase da licença prévia, ou no máximo, até a fase da licença de instalação. Se a fixação de percentual for acima de meio por cento dos custos totais previstos para a implantação demandará do órgão licenciador clara e fundada motivação, para que não haja arbitrariedade, conforme as palavras de Paulo Affonso Leme Machado.<sup>23</sup>

## 6.3. Plano de Manejo

Também ficou estabelecido pela nova lei que todas as unidades de conservação devem dispor de um plano manejo, documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de um espaço protegido,

---

<sup>23</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*, 2001. p. 765.

se elabore o seu zoneamento e normas que prevejam o uso e o manejo dos recursos naturais. O plano de manejo deve ser elaborado no prazo de cinco anos, a partir da data da criação da unidade de conservação.

A formulação de um plano de manejo de uma unidade de conservação é uma atividade vinculada, em que deverão estar presentes os seguintes itens: a delimitação da área de abrangência de visitação pública, a participação pública e o processo de licenciamento ambiental de atividades potencialmente degradadora no entorno destes espaços protegidos.

#### **6.4. Gestão das Unidades de Conservação**

Foi prevista a possibilidade das unidades de conservação serem geridas por organizações da sociedade civil de interesse público<sup>24</sup> no entendimento de Paulo Affonso Leme Machado<sup>25</sup> essa abertura será eficiente, se for averiguada pelo instrumento constitucional de prevenção do dano ambiental – o estudo prévio de impacto ambiental.

A gestão das unidades de conservação deverá ser feita de forma compartilhada entre os entes políticos que integram a Federação Brasileira e a sociedade civil. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é íntegro pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

- Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, órgão consultivo e deliberativo, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;
- Ministério do Meio Ambiente, órgão central, com a finalidade de coordenar o Sistema;
- Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgãos estaduais

<sup>24</sup> As organizações da sociedade de interesse público – OSIPs foram criadas pela Lei n.º 9790, de 23.03.1999.

<sup>25</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. Op. cit., nota 23, p.769.



e municipais, que são os órgãos executores, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administração das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. A Lei 9985/00 desconcentrou a administração das unidades de conservação, mas não conseguiu a necessária flexibilidade e descentralização, com a previsão de conceder autonomia administrativa e financeira para as unidades de conservação, que tornam a gestão mais eficiente.<sup>26</sup>

## 6.5 Regularização Fundiária

O assentamento das populações tradicionais nas Reservas Extrativista e Reservas de Desenvolvimento Sustentável não foi regulamentado com a necessária objetividade e adequação. Primeiramente, está previsto que a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais serão regulados por contrato, sem especificar qual o tipo de contrato. Posteriormente, nas Disposições Gerais e Transitórias, está estabelecido que as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua presença não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordadas pelas partes, sem a especificação do instrumento legal. Quanto à indenização pela desapropriação de áreas que não suportam a presença humana, houve avanços. Foram previstas algumas hipóteses de exclusão de pagamento: espécies arbóreas declaradas imunes ao corte, expectativas de lucro cessante, resultado de cálculo efetuado mediante a

---

<sup>26</sup> Para melhor entendimento do tema conferir a dissertação de mestrado *Função socioambiental da propriedade: um estudo do Parque Nacional da Tijuca*, defendida por mim, em 1999 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e em fase de adaptação às novas leis editadas posteriormente.

operação de juros compostos e áreas que não tenham prova de domínio inequívoco e anterior à criação da unidade.

A Lei n.º 9985/00 constitui um importante avanço na implementação da gestão das unidades de conservação, mas infelizmente não afetou plenamente a funcionalização do direito de propriedade ambiental, porque não garantiu instrumentos legais eficazes para a regularização fundiária dos espaços ambientalmente protegidos, como o direito de moradia das populações tradicionais e o pagamento de justa indenização, no caso de desapropriação de áreas em que o conteúdo econômico mínimo foi esvaziado.<sup>27</sup>

## 7. Conclusão

No Brasil, a propriedade recebeu tutela jurídica nos textos constitucionais e na legislação ordinária, com modulações diversas, refletindo as variadas transformações ocorridas na doutrina, resultante das demandas da sociedade.

Para a compreensão do direito de propriedade, previsto no Código Civil como o direito de usar, gozar e dispor do bem, respeitados os direitos de vizinhança e os regulamentos administrativos, faz-se necessário sua releitura através da Constituição de 1988.

O novo texto constitucional introduziu a proteção da propriedade como um direito fundamental, condicionado à função social, e como um princípio da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano, tendo como

---

<sup>27</sup> As Emendas Constitucionais ns.º 26 e 31, respectivamente, de 14.02.2000 e 14.12.2000 tentam solucionar o problema dos sem teto e sem terra. Foi introduzido o direito à moradia no artigo 6.º da Constituição de 1988, e criado o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, viabilizando a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar ou outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

finalidade assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Observou-se o fenômeno da constitucionalização do direito de propriedade, agora voltado para as preocupações sociais, deixando de ser um direito subjetivo do proprietário para tornar-se um dever jurídico do titular da senhoria, que assume um papel ativo, colocando a riqueza de que é detentor em benefício da coletividade.

A propriedade-função impõe ao proprietário a obrigação de fazer, que consiste na utilização da propriedade em prol da sociedade, tornando conciliáveis a idéia de direito subjetivo e função. Foi superada a dicotomia clássica entre direito público e direito privado, porque foi imposta à propriedade uma finalidade pública, substituindo-se a idéia de autonomia da vontade na utilização da coisa pela de função.

Outra novidade trazida pela lei maior foi a elevação do meio ambiente à categoria constitucional, atribuindo-se ao Poder Público e à sociedade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações. A tutela diz respeito à qualidade dos recursos ambientais, para que, através da fruição destes bens por toda coletividade, seja possível viver com mais dignidade.

Existe um aparente confronto entre a tutela ambiental e o direito de propriedade que não deve prosperar, já que ambos os princípios estão inseridos no texto constitucional. Os litígios que vêm sendo levados ao Poder Judiciário em virtude de uma interpretação inadequada sobre o direito de propriedade poderiam ser resolvidos satisfatoriamente, se fosse levado em conta o princípio da função ambiental da propriedade.

Esta ilusória dicotomia entre a tutela ambiental e o direito de propriedade seria superada se alguns juízes decidissem os conflitos de interesse de acordo com o princípio da função ambiental da propriedade. As disposições constitucionais (incisos II e VI do artigo 170 e artigo 225) são normas jurídicas dotadas de força

normativa, e aptas a produzir efeitos concretos independentemente de regramento ulterior, no entendimento de Luiz Roberto Barroso.<sup>28</sup>

Respeitado o princípio da função ambiental da propriedade, cujo objeto são os bens ambientais conceituados como de interesse público, sua utilização deverá nortear-se ao bem-estar do indivíduo e da coletividade, seus beneficiários. Tanto o Poder Público, como a coletividade são titulares da função ambiental, cabendo a ambos a defesa e a preservação do meio ambiente para as presentes e as futuras gerações.

Com finalidade de cumprir com a finalidade da função ambiental da propriedade foi publicada a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que além de fornecer conceitos, estabelecer objetivos e diretrizes, além de classificar os espaços protegidos que integram esse sistema, regulamentou alguns aspectos jurídicos, como o assentamento de população tradicional, o pagamento de indenização, o licenciamento de obras efetiva ou potencialmente poluidoras em unidades de conservação e a pesquisa científica nessas áreas.

Entretanto, como afirma o professor Paulo Affonso Leme Machado<sup>29</sup> a existência de uma lei não pode permitir o enfraquecimento da proteção da qualidade de vida das demais áreas. Tanto as áreas urbanas, ocupadas de modo caótico, e as áreas rurais, com exploração econômica inadequada, devem ser protegidas com regras mais severas, aplicadas com seriedade e cumpridas pela sociedade, num processo amplo de conscientização ambiental. É preciso manter o meio ecologicamente equilibrado, hoje, para a preservação da vida no planeta, no futuro.

<sup>28</sup> BARROSO, Luiz Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição Brasileira*, 1990. p. 139.

<sup>29</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Op. cit.*, nota 23.

## Referências:

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Jurisprudência ambiental brasileira*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1995.

BARROSO, Luiz Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 1990.

BENJAMIN, Antonio Herman. Reflexões sobre a hipertrofia do direito de propriedade na tutela da reserva legal e das áreas de preservação permanente. In: *Revista de Direito Ambiental*, nº 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

CORREIA, Fernando Alves. As garantias do particular na expropriação por utilidade pública. In: Separata do volume XXIII do Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra: Almeida, 1982. *Apud* MOTA, Maurício Jorge. *Responsabilidade civil do Estado legislador*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Função ambiental da propriedade. In: *Estudos de Direito Ambiental*. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

\_\_\_\_\_. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

PACCAGNELLA, Luiz Henrique. Função sócio-ambiental da propriedade rural e áreas de preservação permanente e reserva florestal legal. In: *Revista de Direito Ambiental*, nº. 8. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

PRIEUR, Michel. *Detrit de L'environnement*. Paris: Dalloz, 1984.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

\_\_\_\_\_. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.